

AVALIAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: O USO DE INDICADORES NO CONTEXTO DA GOVERNANÇA

Eixo 3 – Práticas de avaliação, indicadores, performatividade, novo perfil dos estudantes e dinâmica de tomadas de decisões pelas instituições

Drielly Karina Cardoso da Costa Amoras - Doutoranda em Educação-PPGED/UFPA (drielly.costa@iced.ufpa.br)

Margareth da Silva Guerra - Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED/ UFPA (profamargarethguerra@gmail.com)

1. INTRODUÇÃO

A educação superior no Brasil estrutura-se em duas grandes dimensões: a graduação e a pós-graduação, as quais, embora integradas no interior do sistema educacional, apresentam formas distintas de organização, regulação e avaliação. Nesse contexto, a avaliação da educação superior tem assumido centralidade crescente nas últimas décadas, consolidando-se como instrumentos de regulação estatal. (Leite, 2005)

No que se refere à graduação, a avaliação é conduzida no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, e operacionalizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Esse sistema compreende diferentes instrumentos, como a avaliação institucional, a avaliação de cursos e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), compondo um sistema amplo e complexo de monitoramento da qualidade das instituições de ensino superior no Brasil. (Brasil, 2004).

Por sua vez, a pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) é avaliada por um sistema específico, conduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), fundação vinculada ao Ministério da Educação. A atuação da CAPES fundamenta-se na Lei nº 8.405/1992. A CAPES é responsável não apenas pela avaliação, mas também pelo financiamento e pela avaliação e fomento da pós-graduação no Brasil, articulando essas dimensões por meio de ciclos avaliativos periódicos quadrienais baseados em indicadores de desempenho. (CAPES, 2023).



Esta pesquisa tem como ponto de partida resultados de investigação desenvolvida no curso de mestrado acadêmico, que analisou a autoavaliação institucional no âmbito do SINAES na Universidade Federal do Pará. Os achados evidenciaram a crescente centralidade de indicadores, metas e mecanismos de controle, bem como a incorporação de princípios da governança e da racionalidade gerencial, indicando a reconfiguração da avaliação como instrumento de regulação. Esses elementos orientam o deslocamento analítico da presente pesquisa para o âmbito da pós-graduação. (Amoras, 2026)

Diante disso, a presente proposta de pesquisa tem como problema central de pesquisa compreender de que forma a avaliação da pós-graduação, mediada por indicadores, opera como mecanismo de controle e regulação da produção acadêmico-científica no contexto de expansão das orientações de governança nas universidades.

Nesse sentido, temos como questão central de pesquisa: De que forma a avaliação da Pós-Graduação em educação, mediada por indicadores, opera como mecanismo de controle e regulação da produção acadêmica científico no contexto de expansão de governança, no caso do PPGED-UFPA e PPGEDU-UFRGS entre 2017 a 2024?

Tem-se como objetivo geral analisar como a avaliação da educação superior, mediada por indicadores, opera como mecanismo de regulação estatal e expressão de governança pública nos últimos ciclo quadrienais de avaliação da Pós-Graduação. Assim, o estudo toma como referência os Programas de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará (PPGED-UFPA) e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU-UFRGS), no período de 2017 a 2024.

2. METODOLOGIA

Tratar-se-á de uma pesquisa de natureza quali-qualitativa, com abordagem teórico-analítica e empírica, centrada na análise documental. O estudo terá como lócus os Programas de Pós-Graduação em Educação da UFPA e da UFRGS, considerando o período de 2017 a 2024. As fontes de dados incluem documentos institucionais, relatórios de avaliação, diretrizes de agências reguladoras (como CAPES) e materiais produzidos



pelos programas. A seleção documental será orientada pela relevância de compreensão dos mecanismos de avaliação e de indicadores.

A análise será orientada por meio da abordagem Materialista Histórico e dialético, desenvolvida por meio de leitura crítica e categorização temática, buscando identificar como os indicadores são mobilizados e quais efeitos produzem sobre a organização da produção acadêmica. Utilizaremos as categorias: *totalidade*, *mediação* e *contradição.* Esperamos integrar tais categorias no concreto-do-pensamento (abstração) e no concreto-realidade (objeto) por compreender que "o método não pode servir para fazer com que a realidade se encaixe nele, ao contrário, tem o papel de dar sentido e validade explicativa ao objeto da pesquisa" (Masson, 2007, p. 113).

3. DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise parte do pressuposto de que a avaliação da educação superior deve ser compreendida como mediação das transformações do capitalismo contemporâneo. A financeirização, ao redefinir novas formas de acumulação, amplia a centralidade de mecanismos indiretos de controle, especialmente por meio de indicadores, métricas de desempenho e dispositivos avaliativos, alinhando-se a lógica ampla e geral do capitalismo "entre as necessidades de evolução técnica e social para a acumulação do capital e as estruturas de conhecimento e normas e crenças culturais compatíveis com a acumulação infinita têm desempenhado um papel fundamental na evolução do capitalismo" (Harvey, 2011).

Compreendemos como Dias Sobrinho (2006, p. 171) nos tempos atuais todos os setores da vida a economia capitalista a economia, é "quem mais determina o que tem valor na educação. Um nexo muito forte então se estabelece entre a educação superior e a avaliação, sob a determinação da economia" dentre os quais se destacam os sistemas de avaliação baseados em indicadores, como na pós-graduação de forma especifica.

Tal deslocamento se insere no contexto mais amplo de reconfiguração do papel do Estado sob a égide da financeirização. Nesse cenário, segundo Oliveira (2024)

observa-se a transição de um modelo de provisão direta para um modelo de regulação, no qual o Estado passa a operar como instância avaliadora, orientando e condicionando o funcionamento das instituições por meio de dispositivos técnicos e normativos.

Nesse contexto, a noção de Estado avaliador permite compreender como a regulação das instituições de ensino superior passa a ocorrer por meio de dispositivos técnicos que operam à distância, induzindo comportamentos e estabelecendo padrões normativos. Os indicadores de internacionalização, em particular, expressam a incorporação de referenciais globais de avaliação, associados à competitividade, à produtividade e à inserção em redes internacionais (Dias Sobrinho, 2006; Oliveira, 2024).

No âmbito da avaliação da pós-graduação, mediada por indicadores, isso se complexifica uma vez que a "renda do conhecimento se caracteriza como uma espécie moderna de renda absoluta" (Paulani, 2024, p. 92). Tais indicadores, não apenas mensuram desempenho, mas produzem padrões normativos que incidem diretamente sobre a organização da produção acadêmica o que "tem aumentado consideravelmente a competitividade entre as instituições de educação superior, cada vez mais assemelhadas a organizações mercantis e crescentemente submetidas à racionalidade gerencial" (Dias Sobrinho, 2006, p. 184).

Esse movimento se materializa na consolidação de sistemas de avaliação baseados em indicadores, que passam a desempenhar papel estratégico na definição de critérios de qualidade, na distribuição de recursos e na indução de práticas institucionais da universidade. (Dias Sobrinho, 2006). Nesse sentido, entendemos que avaliação excede seu valor de uso e ganha novo valor, de "novos mecanismos de acumulação por espoliação envolvem a ênfase nos direitos de propriedade intelectual, [...] fundamentais para sua exploração econômica e que pode vir a ficar deles privadas" (Paulani, 2024, p. 99). Podendo representar controle sobre o que a universidade produz de conhecimento.

É nesse sentido que o contexto da expansão de governança demonstra que "o controle tem assumido o lugar e as funções da avaliação, constituindo-se como tecnologia de poder, de fiscalização ou até mesmo intervenção sobre os indivíduos, as instituições e

o sistema" (Dias Sobrinho, 2006, p. 173). Portanto, a valorização do valor dos ativos se associa a produção do retorno do futuro antecipado e da avaliação quanto a sua capacidade de produzir rendimentos. (Harvey, 2011; Paulani, 2024)

A literatura tem apontado que esses mecanismos contribuem para a padronização da produção científica e para a intensificação de desigualdades entre programas, na medida em que favorecem instituições com maior capacidade de inserção internacional e até mesmo políticas de indução de financiamento. Ao mesmo tempo, observa-se que a adoção desses indicadores produz tensões no interior das universidades, especialmente no que se refere à autonomia acadêmica e à definição de agendas de pesquisa.

Ao analisar os casos da UFPA e da UFRGS, busca-se evidenciar como essas dinâmicas se materializam em contextos regionais distintos, permitindo apreender tanto os processos de difusão de modelos avaliativos quanto suas contradições e limites.

4. CONCLUSÕES

Espera-se que a pesquisa evidencie que a avaliação da pós-graduação, mediada por indicadores, opera como um mecanismo de regulação estatal alinhado às dinâmicas da financeirização e às orientações de governança e vem produzindo controle do Estado em um contexto de compra de fluxos futuros de rendimento. O que pode ser deslocado para o contexto da produção cientifica, uma vez que a transforma em algo passível de se tornar um ativo, em um processo mediado por múltiplas e complexas variantes.

Como resultados, projeta-se identificar que tais indicadores não apenas avaliam, mas induzem padrões específicos de produção acadêmica, condicionam o acesso a recursos, intensificam o trabalho docente, inserem uma lógica de produtividade na pesquisa e reconfigura a propriedade intelectual como bem coletivo e público. Além disso, espera-se demonstrar que esses mecanismos contribuem para a produção de assimetrias entre programas de pós-graduação, reforçando desigualdades institucionais.



Por fim, a pesquisa pretende evidenciar as contradições inerentes à incorporação da indicadores como critério de qualidade, apontando para tensões entre demandas globais e especificidades locais na produção do conhecimento.

5. REFERÊNCIAS

AMORAS, Drielly Karina Cardoso da Costa. **A autoavaliação institucional do SINAES sob a racionalidade da Nova Gestão Pública: um estudo na Universidade Federal do Pará**. 2026. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2026

BRASIL. Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 1992. BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES**. DOU, Brasília, DF, 15 abr. 2004, p. 3.

CAPES. **Avaliação da pós-graduação**. Brasília: CAPES, 2023.

HARVEY, David. **O Enigma do capital e as crises do capitalismo**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

LEITE, Denise. **Reformas Universitárias**. Avaliação Institucional Participativa. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

MASSON, Gisele. Materialismo Histórico e Dialético: uma discussão sobre as categorias centrais. **Revista Práxis Educativa**. Ponta Grossa-PR. Vol 2, N.2, p. 105-114, jul-dez. 2007.

OLIVEIRA, Ivan do Santos. **Autoavaliação Institucional no âmbito do Sinaes: da concepção à prática**. Teresina: IFPI, 2024.

SOBRINHO, José Dias. **Paradigmas e políticas de avaliação da educação superior: autonomia e heteronomia**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PAULANI, Leda Maria. **Sobreacumulação, Financeirização, Rentismo e Assetização**. In: Lavinas, Lena et.al (org.). Financeirização – crise, estagnação e desigualdade. São Paulo: Editora Contracorrente, 2024. (p.81-114).